

• Reforma Constitucional

DISCURSO DO PRESIDENTE

“Pacote de emendas flexibiliza monopólios”

O governo enviou ontem de manhã ao Congresso Nacional o primeiro pacote de mudanças na Constituição brasileira de 1988. São cinco emendas constitucionais abrangendo os setores de petróleo, telecomunicações, mineração, gás canalizado e cabotagem, cuja exploração é monopólio da União. O conjunto de mudanças consubstancia também a alteração do conceito de empresa nacional para empresas sediadas no País e regidas pela legislação brasileira.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, num pronunciamento de 35 minutos, descartou a importância das medidas, “levando ao limite a flexibilização dos monopólios”. Na próxima semana serão encaminhadas ao Congresso as matérias relativas à Previdência Social. Após o Carnaval, novo lote de emendas abrangerá capi-

mais competentes que sejam, ou de pressões políticas, por mais legítimas que elas sejam. Elas são muito mais do que isso, elas são um anseio deste país, um anseio da população brasileira.

Eu não escondi nunca, durante a campanha eleitoral, qual era o meu pensamento político, e quais eram os meus compromissos, quais são os meus compromissos. E eu ganhei as eleições dizendo o que penso e o que iria fazer. Eu estou apenas dando continuidade aquilo que me foi hoje delegado pelo povo brasileiro, ao votar em mim. Votou sabendo que nós vamos fazer mudanças, e votou porque está confiante de que essas mudanças são para melhorar o Brasil.

Cardoso informou ainda que enviará ao Congresso, juntamente com o pacote de medidas que visam a melhoria das receitas da Previdência Social, uma proposta de aumento real do salário mínimo.

O pacote de medidas apresentado por Fernando Henrique Cardoso é, segundo ele, apenas o início de uma agenda que deverá incluir reformas políticas e do Poder Judiciário.

que trabalham num ou outro setor. Sem as reformas, eu não teria condições de dizer que as pessoas do futuro terão também um direito de uma aposentadoria digna, que é uma aspiração correta de todos os brasileiros.

Sem as reformas, nós não temos condições de afirmar que o crescimento econômico que agora se verifica será sustentável, porque haverá sempre empecilhos à atração de recursos privados que são hoje necessários para que nós possamos ampliar o nosso investimento e para que nós possamos continuar transformando a infra-estrutura da nossa economia e para que nós possamos assegurar o que é fundamental para os brasileiros: mais empregos e melhores salários.

O Real significou isso para o povo. O povo mais humilde. O povo mais humilde não queria saber como é que se chegou ao Plano Real. Se se trata de inflação inerente, se se trata de aumentar a base monetária, de diminuir a base monetária, se se abriu a economia, se se abriu o ponto de vista de quem tem ali o seu cotidiano marcado pela falta de recursos para, no fim do mês, poder chegar na feira ou no armazém e ter recursos para comprar. Essas são abstrações. Muito importantes, mas para o povo, o que interessou mesmo é que ele percebeu que, no fim do mês, seu dinheiro estava ali, valendo o mesmo que valia no começo e, portanto, ele melhorou o seu nível de vida.

O Real foi uma conquista popular. Terá sido um esforço do governo, e eu devo agradecer mais uma vez e agora agradeço ao ministro Malan, que hoje é o ministro da Fazenda e que participou tão intensamente de tudo isso, aqueles todos que articularam, que definiram a nova moeda. Foi muito importante, mas o significativo mesmo, como eu disse tantas vezes, garantiu o Real foi que o povo brasileiro percebeu e acreditou nele.

Ora, isso é o meu compromisso número um. Não é meu, é nosso, daqueles que sabemos que, hoje, dá para levar adiante as transformações com estabilidade, e a todos nos agrada, e agrada muitíssimo que a inflação continue declinante. E, naturalmente, aqueles que durante a campanha eleitoral viviam dizendo que era um plano eleitoral, que duraria até o momento da posse, se enganaram. A inflação continuou caindo e nós vamos ter que fazer muitos esforços para que ela permaneça baixa, porque inflação não é uma coisa que se liquida com um ato. É um processo e o governo está atento a isso e tomará as medidas necessárias.

Eu tenho dito, e repito hoje, o que tenho dito nos últimos dias, que a política não é a arte do pos-

sível, é a arte de tornar possível o necessário. Quando for necessário, nós vamos fazer. Para zelar para que o real mantenha a sua capacidade aquisitiva, o seu valor, nós vamos tomar as medidas, ainda que aparentemente possam ser impopulares.

Os senhores são testemunhas de que nunca tive receio da popularidade momentânea, porque eu não sou demagogo. Eu, quando tomo uma medida, pelo menos eu estou convencido de que essa medida terá um alcance positivo. Se me mostrarem que não, recuo. Sem ter medo também de manchetes que digam que recuei. Só não recua quem não tem senso de responsabilidade. E, quando vê que há erro, recua. E, nas batalhas, quem não recua perde.

É preciso franquear para chegar ao objetivo, mas o objetivo tem de ser mantido. Tem de haver continuidade nos esforços para chegar ao objetivo. E o objetivo do País é manter essa inflação baixa. Nós faremos o possível e o impossível para mantê-la nos níveis compatíveis com a capacidade aquisitiva do povo brasileiro, porque isso é que é garantir bem-estar. E a minha mão não assinará nunca uma medida que possa ser aplaudida, mas que seja demagógica, porque eu vou imediatamente depois erodir os salários através da inflação.

Pois bem, para que nós possamos continuar nesse rumo, nós precisamos agora chegar a realmente obter as reformas necessárias, porque essas reformas são exigências do País. Ai estão as pesquisas de opinião pública dizendo: Todas elas dizem a mesma coisa. Poderá haver aqui uma dúvida, outra acolá, porque não se conhece o texto ainda. Mas, na verdade, o País anseia por essas reformas, com mais compreensão do momento. E que muitas vezes grupos organizados, que se opõem a elas, porque têm interesses, não digo que seja do ponto de vista estrito desses grupos, que não têm a compreensão, esses grupos, do conjunto e, portanto, não percebem que a maioria precisa de mudanças.

Eu com o espírito, portanto, muito positivo que eu estou remetendo as reformas iniciais ao Congresso, muito positivo. E me parece absolutamente fora de lugar quem pretende se defender das reformas. Só os que têm privilégio é que querem se defender das reformas. E as reformas, eu reafirmo duas frases que disse nos meus discursos de posse, uma - me permitam ler - diz assim, no Senado: O Brasil precisa tanto de mudanças como de continuidade, precisa de continuidade das mudanças, mudanças com continuidade. Faremos as mudanças continuamente.

A outra afirmação que eu fiz, é que, quando houver dúvidas, entro o interesse das minorias privilegiadas e das maiorias, eu ficaria com as maiorias. Muitas vezes as minorias privilegiadas vêm com a etiqueta de povo, que é a melhor maneira de manter privilégio. Mas cabe ao dirigente político, ao homem de Estado responsável, mostrar que o interesse popular não se confunde, muitas vezes, com aqueles que, usando o santo nome do povo em vão, defendem seus próprios interesses, os seus próprios privilégios.

E eu não vou, naturalmente, me iludir, e ficar a favor de uma aparência de defesa do interesse popular, quando, na verdade, o que se requer são modificações que assegurem efetivamente o interesse da maioria.

Nesse primeiro conjunto de emendas que estamos enviando hoje ao Congresso, nós nos referimos à ordem econômica. Nós vamos apresentar, na semana que vem, as matérias relativas à Previdência Social, e em seguida, nós vamos apresentar os textos sobre a reforma tributária e a reforma administrativa, e alguns aspectos da reforma financeira.

Isso não esgota a agenda das reformas que o País deseja. A reforma política é muito importante. Eu tenho reafirmado aos líderes partidários e aos presidentes da Câmara e do Senado, ambos empenhados nas reformas - ainda ontem, o senador Sarney fez um discurso onde reafirma esse compromisso, que cabe ao espírito de legislação desenhar as reformas políticas. Isso não quer dizer que eu me vá omitir. Pelo contrário, como senador, apresentei várias idéias, inclusive tem uma proposta de transformação do sistema eleitoral, em termos de um sistema ainda proporcional, mas com voto distrital misto, “à la Alemã”, adaptado ao Brasil, que foi aprovada pela Comissão de Justiça do Senado.

Portanto, minha opinião é conhecida, mas eu acho que esta parte específica, o Legislativo tem a condição, o conhecimento e a capacidade para encaminhar essas reformas, e o governo de verá ter aí um papel mais anelar, mais de auxiliar, do que propriamente de estar à frente delas.

Faremos as reformas oportunamente, de outras áreas, propomos as reformas no Judiciário, em negociação sempre com o Poder Judiciário. Mas, agora, nesse momento, nos parece que esses passos são os passos iniciais fundamentais para que nós possamos ter esta crença que hoje existe no Brasil, consolidada em instituições que deem caminho para as transformações que o País necessita.

Hoje, nessas emendas relativas à ordem econômica, nós estamos aqui levando ao limite o que se chama “flexibilização dos monopólios”. Os senhores receberam essas emendas. Elas são emendas tímidas. Elas são emendas que têm a audácia que o momento requer. Tem a audácia que o momento requer e estão respaldadas pela opinião pública, pelos partidos que me apoiaram, pois que eu discuti emenda por emenda com os presidentes dos partidos e, ainda hoje, terei reunião com todos os líderes dos partidos, posto que todos os parlamentares, não só dos partidos que apoiam o governo, mas dos partidos que tiverem interesse nessa matéria, tomaram conhecimento da nossa orientação, não se trata de surpresa, mas se trata de mostrar que o Brasil, hoje, para continuar crescendo, ele precisa de uma cooperação ativa dos capitais privados nacionais e estrangeiros. E as propostas vão nessa direção.

Não deixei de consultar as instituições que são aquelas que até hoje têm prestado imenso serviço ao Brasil nas distintas áreas, que serão afetadas pelas emendas. A começar pelos setores onde eu não tenho a palavra, como o presidente da Petrobrás e de ascultar o pensamento sobre a matéria. E nesta matéria nós estamos propondo que a União mantenha ela o monopólio e seja a instituição concedente, mas que ela tenha a liberdade de conceder, via legislação, a possibilidade de capitais privados trabalharem naqueles setores que são hoje setores que apontam já para um certo estrangulamento da nossa capacidade de investimento.

A Petrobrás é uma das maiores empresas do mundo, uma empresa ao qual o Brasil deve muito. Empresa para cuja formação eu pessoalmente lutei e fui processado. E mantenho a mesma estima pela Petrobrás que mantive nos tempos de juventude. Mas a Petrobrás hoje não é tão forte que não tem o que temer, e que o Brasil precisa, além dela, de recursos adicionais, para que nós possamos atender com presteza o nosso crescimento econômico.

Ainda agora vejo, até com certo espanto, pelos jornais, setores estaduais pedindo que o presidente decida sobre matéria, que não é política, da formação de uma refinaria aqui e outra ali. Isso não é uma decisão que o governo, o Brasil, o Estado é que tomam decisões que são do interesse do mercado e do povo. É uma deformação. O governo tem a responsabilidade de tomar as decisões que tecnicamente lhe forem propostas, e nós temos que nos acostumar e despolitizar essas decisões, porque as decisões dessa magnitude, quando revestidas de um caráter político, acabam tendo um custo elevado para o País, para o povo. Mas se nós temos interesse, legítimo, de vários Estados, se há condições, nesses vários Estados, e há capital de risco que queira fazer, por que não? Que o façam. O que eu não posso é impedir o Tesouro, porque o Tesouro é o povo, e o suor dos trabalhadores, das classes médias, das empresas, numa decisão de cunho político. A decisão tem que ser de risco de mercado.

Aprovada essa emenda, esses assuntos passam a ser tratados, como deveriam ter sido sempre, num nível adequado, de otimização dos recursos, dos resultados que mais retribuem os investimentos feitos, e não em uma disputa de quem tem a palavra política que vai servir a interesses, por legítimos que sejam, de região, de pessoas, de grupos, de partidos.

Nós vamos modificar também o que já tinha sido modificado na legislação anterior, no que diz respeito à conceituação da própria empresa nacional e de empresa estrangeira. Empresa brasileira é aquela que tem sua organização e está submetida a possibilidade de que esse tipo de empresa, ao produzir aqui, em igualdade de condições, tenha vantagem sobre as que produzem lá fora, mas ao produzir aqui.

Infelizmente, a Constituição atual, ela copiou mal o “American by act” dos Estados Unidos, porque ele beneficiaivamente os produtores lá. Aqui nas nossas, nós não beneficiamos produtores, beneficiamos, simplesmente, ou o ter nascido aqui, ou a empresa ter um nome de nacional. Não é essa a questão. Temos que garantir o emprego, então, aí, está justíssimo que assegurem aqueles que produzem aqui, melhores condições e, em igualdade de condições, assegurem as vantagens frente aqueles que produzem lá fora. Esse é o espírito do “american by act”, o compre americano, compre América.

Nós teremos que comprar brasileiro também, comprar o que se faz aqui. Mas não é o que se faz aqui por um setor. Qualquer que seja o setor que venha aqui para produzir, pois que venha e que fique aqui, que se enraíze e que produza.

Com o mesmo espírito, nós estamos também alterando alguma coisa da legislação relativa às telecomunicações e também à cabotagem. Nós tivemos o cuidado de dizer que a lei definiria as condições em que a cabotagem pode ser exercida, por uma razão muito simples: porque nós estamos vindo de uma tradição extremamente protecionista, que protege a todos e acaba não protegendo a ninguém, e sobretudo prejudicando o consumidor, porque encarece o preço final de tudo.

Pois bem, nós não podemos fazer com que as empresas existentes compitam se elas não têm também igualdade de condições com as empresas que são estrangeiras. Então tem que modificar um conjunto de medidas para que elas possam competir. Não se trata, repito, sempre de fazer as coisas selvagemmente, expressão que alguns gostam de usar. Como se isso fosse sinônimo de responsabilidade e de fazer direito. É preciso fazer com propriedade. Da mesma maneira, ao modificar os pontos que estão modificando a Constituição, que são poucos, nós não estamos querendo reformar tudo. Porque quem quer reformar tudo não reforma nada. Queremos centralizar. Focalizar os pontos que realmente produzirão efeito sobre o conjunto da economia brasileira. E, mesma a medida, embora eu já possa ter sido mal-entendi-

do em outras oportunidades, repito aqui: a capacidade de conceder serviço público a terceiros, a necessidade de privatizar que, eu reafirmo, o processo de privatização vai seguir adiante com mais rapidez, como já foi dito em outras oportunidades, ela requer simultaneamente que o Estado se aparelhe para o que possa ser o fiscalizador, para que ele possa verificar a limpeza do procedimento na hora da concessão, e para que ele defenda o interesse da coletividade. Eu não posso tornar, como outros pretendiam tornar aqui, passível de exploração pelo capital privado, o setor de telefonia, o que é pouco o que aumenta o usuário vai ter melhores condições de telefonia. Vai baratear o custo da telefonia. Mas, eu não posso fazer isso. Entregando, perdoe-me a expressão, o filé mignon para o setor privado e deixando ao Estado apenas os ossos. Nós temos que ter aí uma capacidade de distribuir, de forma adequada, de tal maneira que o capital privado tenha também a responsabilidade social. Ele também atinja os setores, que são setores mentes favorecidos e que precisariam de um forte apoio de investimento.

Isso tudo requer, como requer também, como disse recentemente ao promulgar a Lei de Concessões e Serviço Público, na área energética especialmente, que a gente pense de uma maneira responsável as bacias naturais e que a responsabilidade, quando se vai privatizar ou quando se venha a dar uma concessão, seja a de dar um tratamento aos capitais privados nacionais e estrangeiros possam cooperar para a melhoria global da sociedade e não só para os setores que já têm tudo, em detrimento dos que nada têm.

Então a ação de um Estado é absolutamente indispensável para permitir as modificações que estamos fazendo aqui. Não se trata de ao invés de um Estado do lado do Estado, mas um Estado que sabe o que ele não tem hoje condições para fazer os investimentos em montaria requerida, nem tem a mesma capacidade de evitar que haja um processo clientelístico ou corporativista força que distorce os resultados da sua ação como tem o setor privado.

Isso vale também para o setor de exploração mineral. O Brasil hoje tem apenas 10% dos investimentos estrangeiros na área de mineração, comparados com outros países da América Latina: 90% não estão no Brasil, e nós temos as províncias minerais mais ricas, algumas das mais ricas do mundo. Nós fizemos restrições aí que beneficiaram umas poucas empresas, as quais não desenvolveram tecnologicamente o setor. Está na hora de mudar isso.

Então nós estamos também propondo mudanças nesta área. Eu não vou me referir a texto por texto, porque os senhores terão acesso imediatamente a eles, mas estou dando apenas o espírito dessas mudanças.

Chegou a hora de avançar, chegou a hora de enfrentar com muita clareza, com muita coragem, os interesses que vão se organizar, os “lobbies”, pagos pelo serviço público, são os que mais se organizam. Esse bichopapão não mete medo a adulto. Alguns sim, têm medo, mas eu não tenho. Acho que quando a gente tem convicção vai em frente. E eu tenho a convicção de que nós estamos dando os passos necessários para o Brasil retomar de forma sustentada o crescimento de sua economia.

Me momento adequado virão as medidas relativas à Previdência. Eu quero reafirmar aqui o seguinte: para a gestão do governo Fernando Henrique as alterações constitucionais da Previdência provavelmente não serão feitas. Rendeirão confiança maior em todo mundo, mas nem um tostão.

Eu estou mandando, também, medidas infraconstitucionais. Essas sim, são capazes de aumentar a arrecadação e de permitir, o que eu farei com o maior gosto, que haja um aumento do salário mínimo que não seja de mentirinha, que não seja para deputado fazer discurso na tribuna e ir para a rua dizer que o presidente quer vetar. Vetar bobagem, eu vetarei sempre. Agora, essas medidas infraconstitucionais, essa legislação infraconstitucional que vai permitir o acerto, e eu verei no nível máximo que puder, são importantes.

Mas por que então fazemos emendas constitucionais à Previdência? É porque é obrigação do homem de Estado zelar não só pela sua gestão mas pelo País, e pelas gestões futuras. Isso pode parecer romântico, mas por não ter havido condições sempre de ser assim, por ter havido uma pressão tão grande, em parte por causa da inflação, por causa das desordens havidas pelo autoritarismo, e cada um queria apenas pensar no seu período de governo, é que nós fomos acumulando erros. Eu tenho que pensar no futuro, não é nós governantes futuros, é no Brasil, no povo do Brasil.

Nós não podemos permitir que dentro de dez ou vinte anos nós tenhamos mais gente aposentada do que gente na ativa, porque quando isso ocorrer quebra o sistema da Previdência. E aí não haverá atendimento nenhum, porque não haverá recursos para isso.

É não é sadio um País que transforma numa vantagem e numa cultura o aposentamento. Aqui as pessoas se querem aposentar logo porque o trabalho é mal pago. Se querem aposentar logo porque têm mais condições de trabalho, se querem aposentar logo porque não tem oportunidade, se querem aposentar logo porque querem ter outro emprego para poder melhorar o seu salário.

Do que o momento requer e estão respaldadas pela opinião pública, pelos partidos que me apoiaram, pois que eu discuti emenda por emenda com os presidentes dos partidos e, ainda hoje, terei reunião com todos os líderes dos partidos, posto que todos os parlamentares, não só dos partidos que apoiam o governo, mas dos partidos que tiverem interesse nessa matéria, tomaram conhecimento da nossa orientação, não se trata de surpresa, mas se trata de mostrar que o Brasil, hoje, para continuar crescendo, ele precisa de uma cooperação ativa dos capitais privados nacionais e estrangeiros. E as propostas vão nessa direção.

Não deixei de consultar as instituições que são aquelas que até hoje têm prestado imenso serviço ao Brasil nas distintas áreas, que serão afetadas pelas emendas. A começar pelos setores onde eu não tenho a palavra, como o presidente da Petrobrás e de ascultar o pensamento sobre a matéria. E nesta matéria nós estamos propondo que a União mantenha ela o monopólio e seja a instituição concedente, mas que ela tenha a liberdade de conceder, via legislação, a possibilidade de capitais privados trabalharem naqueles setores que são hoje setores que apontam já para um certo estrangulamento da nossa capacidade de investimento.

A Petrobrás é uma das maiores empresas do mundo, uma empresa ao qual o Brasil deve muito. Empresa para cuja formação eu pessoalmente lutei e fui processado. E mantenho a mesma estima pela Petrobrás que mantive nos tempos de juventude. Mas a Petrobrás hoje não é tão forte que não tem o que temer, e que o Brasil precisa, além dela, de recursos adicionais, para que nós possamos atender com presteza o nosso crescimento econômico.

Ainda agora vejo, até com certo espanto, pelos jornais, setores estaduais pedindo que o presidente decida sobre matéria, que não é política, da formação de uma refinaria aqui e outra ali. Isso não é uma decisão que o governo, o Brasil, o Estado é que tomam decisões que são do interesse do mercado e do povo. É uma deformação. O governo tem a responsabilidade de tomar as decisões que tecnicamente lhe forem propostas, e nós temos que nos acostumar e despolitizar essas decisões, porque as decisões dessa magnitude, quando revestidas de um caráter político, acabam tendo um custo elevado para o País, para o povo. Mas se nós temos interesse, legítimo, de vários Estados, se há condições, nesses vários Estados, e há capital de risco que queira fazer, por que não? Que o façam. O que eu não posso é impedir o Tesouro, porque o Tesouro é o povo, e o suor dos trabalhadores, das classes médias, das empresas, numa decisão de cunho político. A decisão tem que ser de risco de mercado.

Aprovada essa emenda, esses assuntos passam a ser tratados, como deveriam ter sido sempre, num nível adequado, de otimização dos recursos, dos resultados que mais retribuem os investimentos feitos, e não em uma disputa de quem tem a palavra política que vai servir a interesses, por legítimos que sejam, de região, de pessoas, de grupos, de partidos.

Nós vamos modificar também o que já tinha sido modificado na legislação anterior, no que diz respeito à conceituação da própria empresa nacional e de empresa estrangeira. Empresa brasileira é aquela que tem sua organização e está submetida a possibilidade de que esse tipo de empresa, ao produzir aqui, em igualdade de condições, tenha vantagem sobre as que produzem lá fora, mas ao produzir aqui.

Infelizmente, a Constituição atual, ela copiou mal o “American by act” dos Estados Unidos, porque ele beneficiaivamente os produtores lá. Aqui nas nossas, nós não beneficiamos produtores, beneficiamos, simplesmente, ou o ter nascido aqui, ou a empresa ter um nome de nacional. Não é essa a questão. Temos que garantir o emprego, então, aí, está justíssimo que assegurem aqueles que produzem aqui, melhores condições e, em igualdade de condições, assegurem as vantagens frente aqueles que produzem lá fora. Esse é o espírito do “american by act”, o compre americano, compre América.

Nós teremos que comprar brasileiro também, comprar o que se faz aqui. Mas não é o que se faz aqui por um setor. Qualquer que seja o setor que venha aqui para produzir, pois que venha e que fique aqui, que se enraíze e que produza.

Com o mesmo espírito, nós estamos também alterando alguma coisa da legislação relativa às telecomunicações e também à cabotagem. Nós tivemos o cuidado de dizer que a lei definiria as condições em que a cabotagem pode ser exercida, por uma razão muito simples: porque nós estamos vindo de uma tradição extremamente protecionista, que protege a todos e acaba não protegendo a ninguém, e sobretudo prejudicando o consumidor, porque encarece o preço final de tudo.

Pois bem, nós não podemos fazer com que as empresas existentes compitam se elas não têm também igualdade de condições com as empresas que são estrangeiras. Então tem que modificar um conjunto de medidas para que elas possam competir. Não se trata, repito, sempre de fazer as coisas selvagemmente, expressão que alguns gostam de usar. Como se isso fosse sinônimo de responsabilidade e de fazer direito. É preciso fazer com propriedade. Da mesma maneira, ao modificar os pontos que estão modificando a Constituição, que são poucos, nós não estamos querendo reformar tudo. Porque quem quer reformar tudo não reforma nada. Queremos centralizar. Focalizar os pontos que realmente produzirão efeito sobre o conjunto da economia brasileira. E, mesma a medida, embora eu já possa ter sido mal-entendi-

do em outras oportunidades, repito aqui: a capacidade de conceder serviço público a terceiros, a necessidade de privatizar que, eu reafirmo, o processo de privatização vai seguir adiante com mais rapidez, como já foi dito em outras oportunidades, ela requer simultaneamente que o Estado se aparelhe para o que possa ser o fiscalizador, para que ele possa verificar a limpeza do procedimento na hora da concessão, e para que ele defenda o interesse da coletividade. Eu não posso tornar, como outros pretendiam tornar aqui, passível de exploração pelo capital privado, o setor de telefonia, o que é pouco o que aumenta o usuário vai ter melhores condições de telefonia. Vai baratear o custo da telefonia. Mas, eu não posso fazer isso. Entregando, perdoe-me a expressão, o filé mignon para o setor privado e deixando ao Estado apenas os ossos. Nós temos que ter aí uma capacidade de distribuir, de forma adequada, de tal maneira que o capital privado tenha também a responsabilidade social. Ele também atinja os setores, que são setores mentes favorecidos e que precisariam de um forte apoio de investimento.

Do que o momento requer e estão respaldadas pela opinião pública, pelos partidos que me apoiaram, pois que eu discuti emenda por emenda com os presidentes dos partidos e, ainda hoje, terei reunião com todos os líderes dos partidos, posto que todos os parlamentares, não só dos partidos que apoiam o governo, mas dos partidos que tiverem interesse nessa matéria, tomaram conhecimento da nossa orientação, não se trata de surpresa, mas se trata de mostrar que o Brasil, hoje, para continuar crescendo, ele precisa de uma cooperação ativa dos capitais privados nacionais e estrangeiros. E as propostas vão nessa direção.

Não deixei de consultar as instituições que são aquelas que até hoje têm prestado imenso serviço ao Brasil nas distintas áreas, que serão afetadas pelas emendas. A começar pelos setores onde eu não tenho a palavra, como o presidente da Petrobrás e de ascultar o pensamento sobre a matéria. E nesta matéria nós estamos propondo que a União mantenha ela o monopólio e seja a instituição concedente, mas que ela tenha a liberdade de conceder, via legislação, a possibilidade de capitais privados trabalharem naqueles setores que são hoje setores que apontam já para um certo estrangulamento da nossa capacidade de investimento.

A Petrobrás é uma das maiores empresas do mundo, uma empresa ao qual o Brasil deve muito. Empresa para cuja formação eu pessoalmente lutei e fui processado. E mantenho a mesma estima pela Petrobrás que mantive nos tempos de juventude. Mas a Petrobrás hoje não é tão forte que não tem o que temer, e que o Brasil precisa, além dela, de recursos adicionais, para que nós possamos atender com presteza o nosso crescimento econômico.

Ainda agora vejo, até com certo espanto, pelos jornais, setores estaduais pedindo que o presidente decida sobre matéria, que não é política, da formação de uma refinaria aqui e outra ali. Isso não é uma decisão que o governo, o Brasil, o Estado é que tomam decisões que são do interesse do mercado e do povo. É uma deformação. O governo tem a responsabilidade de tomar as decisões que tecnicamente lhe forem propostas, e nós temos que nos acostumar e despolitizar essas decisões, porque as decisões dessa magnitude, quando revestidas de um caráter político, acabam tendo um custo elevado para o País, para o povo. Mas se nós temos interesse, legítimo, de vários Estados, se há condições, nesses vários Estados, e há capital de risco que queira fazer, por que não? Que o façam. O que eu não posso é impedir o Tesouro, porque o Tesouro é o povo, e o suor dos trabalhadores, das classes médias, das empresas, numa decisão de cunho político. A decisão tem que ser de risco de mercado.

Aprovada essa emenda, esses assuntos passam a ser tratados, como deveriam ter sido sempre, num nível adequado, de otimização dos recursos, dos resultados que mais retribuem os investimentos feitos, e não em uma disputa de quem tem a palavra política que vai servir a interesses, por legítimos que sejam, de região, de pessoas, de grupos, de partidos.

Nós vamos modificar também o que já tinha sido modificado na legislação anterior, no que diz respeito à conceituação da própria empresa nacional e de empresa estrangeira. Empresa brasileira é aquela que tem sua organização e está submetida a possibilidade de que esse tipo de empresa, ao produzir aqui, em igualdade de condições, tenha vantagem sobre as que produzem lá fora, mas ao produzir aqui.

Infelizmente, a Constituição atual, ela copiou mal o “American by act” dos Estados Unidos, porque ele beneficiaivamente os produtores lá. Aqui nas nossas, nós não beneficiamos produtores, beneficiamos, simplesmente, ou o ter nascido aqui, ou a empresa ter um nome de nacional. Não é essa a questão. Temos que garantir o emprego, então, aí, está justíssimo que assegurem aqueles que produzem aqui, melhores condições e, em igualdade de condições, assegurem as vantagens frente aqueles que produzem lá fora. Esse é o espírito do “american by act”, o compre americano, compre América.

Nós teremos que comprar brasileiro também, comprar o que se faz aqui. Mas não é o que se faz aqui por um setor. Qualquer que seja o setor que venha aqui para produzir, pois que venha e que fique aqui, que se enraíze e que produza.

Com o mesmo espírito, nós estamos também alterando alguma coisa da legislação relativa às telecomunicações e também à cabotagem. Nós tivemos o cuidado de dizer que a lei definiria as condições em que a cabotagem pode ser exercida, por uma razão muito simples: porque nós estamos vindo de uma tradição extremamente protecionista, que protege a todos e acaba não protegendo a ninguém, e sobretudo prejudicando o consumidor, porque encarece o preço final de tudo.

Pois bem, nós não podemos fazer com que as empresas existentes compitam se elas não têm também igualdade de condições com as empresas que são estrangeiras. Então tem que modificar um conjunto de medidas para que elas possam competir. Não se trata, repito, sempre de fazer as coisas selvagemmente, expressão que alguns gostam de usar. Como se isso fosse sinônimo de responsabilidade e de fazer direito. É preciso fazer com propriedade. Da mesma maneira, ao modificar os pontos que estão modificando a Constituição, que são poucos, nós não estamos querendo reformar tudo. Porque quem quer reformar tudo não reforma nada. Queremos centralizar. Focalizar os pontos que realmente produzirão efeito sobre o conjunto da economia brasileira. E, mesma a medida, embora eu já possa ter sido mal-entendi-

do em outras oportunidades, repito aqui: a capacidade de conceder serviço público a terceiros, a necessidade de privatizar que, eu reafirmo, o processo de privatização vai seguir adiante com mais rapidez, como já foi dito em outras oportunidades, ela requer simultaneamente que o Estado se aparelhe para o que possa ser o fiscalizador, para que ele possa verificar a limpeza do procedimento na hora da concessão, e para que ele defenda o interesse da coletividade. Eu não posso tornar, como outros pretendiam tornar aqui, passível de exploração pelo capital privado, o setor de telefonia, o que é pouco o que aumenta o usuário vai ter melhores condições de telefonia. Vai baratear o custo da telefonia. Mas, eu não posso fazer isso. Entregando, perdoe-me a expressão, o filé mignon para o setor privado e deixando ao Estado apenas os ossos. Nós temos que ter aí uma capacidade de distribuir, de forma adequada, de tal maneira que o capital privado tenha também a responsabilidade social. Ele também atinja os setores, que são setores mentes favorecidos e que precisariam de um forte apoio de investimento.

Legislação trabalhista? Fale com uma especialista SYLVIA ROMANO (011) 828-0433

As reformas não são pura decisão do presidente e grupo de técnicos

É preciso franquear para chegar ao objetivo, mas o objetivo tem de ser mantido. Tem de haver continuidade nos esforços para chegar ao objetivo. E o objetivo do País é manter essa inflação baixa. Nós faremos o possível e o impossível para mantê-la nos níveis compatíveis com a capacidade aquisitiva do povo brasileiro, porque isso é que é garantir bem-estar. E a minha mão não assinará nunca uma medida que possa ser aplaudida, mas que seja demagógica, porque eu vou imediatamente depois erodir os salários através da inflação.

Pois bem, para que nós possamos continuar nesse rumo, nós precisamos agora chegar a realmente obter as reformas necessárias, porque essas reformas são exigências do País. Ai estão as pesquisas de opinião pública dizendo: Todas elas dizem a mesma coisa. Poderá haver aqui uma dúvida, outra acolá, porque não se conhece o texto ainda. Mas, na verdade, o País anseia por essas reformas, com mais compreensão do momento. E que muitas vezes grupos organizados, que se opõem a elas, porque têm interesses, não digo que seja do ponto de vista estrito desses grupos, que não têm a compreensão, esses grupos, do conjunto e, portanto, não percebem que a maioria precisa de mudanças.

Eu com o espírito, portanto, muito positivo que eu estou remetendo as reformas iniciais ao Congresso, muito positivo. E me parece absolutamente fora de lugar quem pretende se defender das reformas. Só os que têm privilégio é que querem se defender das reformas. E as reformas, eu reafirmo duas frases que disse nos meus discursos de posse, uma - me permitam ler - diz assim, no Senado: O Brasil precisa tanto de mudanças como de continuidade, precisa de continuidade das mudanças, mudanças com continuidade. Faremos as mudanças continuamente.

A outra afirmação que eu fiz, é que, quando houver dúvidas, entro o interesse das minorias privilegiadas e das maiorias, eu ficaria com as maiorias. Muitas vezes as minorias privilegiadas vêm com a etiqueta de povo, que é a melhor maneira de manter privilégio. Mas cabe ao dirigente político, ao homem de Estado responsável, mostrar que o interesse popular não se confunde, muitas vezes, com aqueles que, usando o santo nome do povo em vão, defendem seus próprios interesses, os seus próprios privilégios.

E eu não vou, naturalmente, me iludir, e ficar a favor de uma aparência de defesa do interesse popular, quando, na verdade, o que se requer são modificações que assegurem efetivamente o interesse da maioria.

Nesse primeiro conjunto de emendas que estamos enviando hoje ao Congresso, nós nos referimos à ordem econômica. Nós vamos apresentar, na semana que vem, as matérias relativas à Previdência Social, e em seguida, nós vamos apresentar os textos sobre a reforma tributária e a reforma administrativa, e alguns aspectos da reforma financeira.

Isso não esgota a agenda das reformas que o País deseja. A reforma política é muito importante. Eu tenho reafirmado aos líderes partidários e aos presidentes da Câmara e do Senado, ambos empenhados nas reformas - ainda ontem, o senador Sarney fez um discurso onde reafirma esse compromisso, que cabe ao espírito de legislação desenhar as reformas políticas. Isso não quer dizer que eu me vá omitir. Pelo contrário, como senador, apresentei várias idéias, inclusive tem uma proposta de transformação do sistema eleitoral, em termos de um sistema ainda proporcional, mas com voto distrital misto, “à la Alemã”, adaptado ao Brasil, que foi aprovada pela Comissão de Justiça do Senado.

Portanto, minha opinião é conhecida, mas eu acho que esta parte específica, o Legislativo tem a condição, o conhecimento e a capacidade para encaminhar essas reformas, e o governo de verá ter aí um papel mais anelar, mais de auxiliar, do que propriamente de estar à frente delas.

Faremos as reformas oportunamente, de outras áreas, propomos as reformas no Judiciário, em negociação sempre com o Poder Judiciário. Mas, agora, nesse momento, nos parece que esses passos são os passos iniciais fundamentais para que nós possamos ter esta crença que hoje existe no Brasil, consolidada em instituições que deem caminho para as transformações que o País necessita.

Hoje, nessas emendas relativas à ordem econômica, nós estamos aqui levando ao limite o que se chama “flexibilização dos monopólios”. Os senhores receberam essas emendas. Elas são emendas tímidas. Elas são emendas que têm a audácia que o momento requer. Tem a audácia que o momento requer e estão respaldadas pela opinião pública, pelos partidos que me apoiaram, pois que eu discuti emenda por emenda com os presidentes dos partidos e, ainda hoje, terei reunião com todos os líderes dos partidos, posto que todos os parlamentares, não só dos partidos que apoiam o governo, mas dos partidos que tiverem interesse nessa matéria, tomaram conhecimento da nossa orientação, não se trata de surpresa, mas se trata de mostrar que o Brasil, hoje, para continuar crescendo, ele precisa de uma cooperação ativa dos capitais privados nacionais e estrangeiros. E as propostas vão nessa direção.

Não deixei de consultar as instituições que são aquelas que até hoje têm prestado imenso serviço ao Brasil nas distintas áreas, que serão afetadas pelas emendas. A começar pelos setores onde eu não tenho a palavra, como o presidente da Petrobrás e de ascultar o pensamento sobre a matéria. E nesta matéria nós estamos propondo que a União mantenha ela o monopólio e seja a instituição concedente, mas que ela tenha a liberdade de conceder, via legislação, a possibilidade de capitais privados trabalharem naqueles setores que são hoje setores que apontam já para um certo estrangulamento da nossa capacidade de investimento.

A Petrobrás é uma das maiores empresas do mundo, uma empresa ao qual o Brasil deve muito. Empresa para cuja formação eu pessoalmente lutei e fui processado. E mantenho a mesma estima pela Petrobrás que mantive nos tempos de juventude. Mas a Petrobrás hoje não é tão forte que não tem o que temer, e que o Brasil precisa, além dela, de recursos adicionais, para que nós possamos atender com presteza o nosso crescimento econômico.

Ainda agora vejo, até com certo espanto, pelos jornais, setores estaduais pedindo que o presidente decida sobre matéria, que não é política, da formação de uma refinaria aqui e outra ali. Isso não é uma decisão que o governo, o Brasil, o Estado é que tomam decisões que são do interesse do mercado e do povo. É uma deformação. O governo tem a responsabilidade de tomar as decisões que tecnicamente lhe forem propostas, e nós temos que nos acostumar e despolitizar essas decisões, porque as decisões dessa magnitude, quando revestidas de um caráter político, acabam tendo um custo elevado para o País, para o povo. Mas se nós temos interesse, legítimo, de vários Estados, se há condições, nesses vários Estados, e há capital de risco que queira fazer, por que não? Que o façam. O que eu não posso é impedir o Tesouro, porque o Tesouro é o povo, e o suor dos trabalhadores, das classes médias, das empresas, numa decisão de cunho político. A decisão tem que ser de risco de mercado.

Aprovada essa emenda, esses assuntos passam a ser tratados, como deveriam ter sido sempre, num nível adequado, de otimização dos recursos, dos resultados que mais retribuem os investimentos feitos, e não em uma disputa de quem tem a palavra política que vai servir a interesses, por legítimos que sejam, de região, de pessoas, de grupos, de partidos.

Nós vamos modificar também o que já tinha sido modificado na legislação anterior, no que diz respeito à conceituação da própria empresa nacional e de empresa estrangeira. Empresa brasileira é aquela que tem sua organização e está submetida a possibilidade de que esse tipo de empresa, ao produzir aqui, em igualdade de condições, tenha vantagem sobre as que produzem lá fora, mas ao produzir aqui.

Infelizmente, a Constituição atual, ela copiou mal o “American by act” dos Estados Unidos, porque ele beneficiaivamente os produtores lá. Aqui nas nossas, nós não beneficiamos produtores, beneficiamos, simplesmente, ou o ter nascido aqui, ou a empresa ter um nome de nacional. Não é essa a questão. Temos que garantir o emprego, então, aí, está justíssimo que assegurem aqueles que produzem aqui, melhores condições e, em igualdade de condições, assegurem as vantagens frente aqueles que produzem lá fora. Esse é o espírito do “american by act”, o compre americano, compre América.

Nós teremos que comprar brasileiro também, comprar o que se faz aqui. Mas não é o que se faz aqui por um setor. Qualquer que seja o setor que venha aqui para produzir, pois que venha e que fique aqui, que se enraíze e que produza.

Com o mesmo espírito, nós estamos também alterando alguma coisa da legislação relativa às telecomunicações e também à cabotagem. Nós tivemos o cuidado de dizer que a lei definiria as condições em que a cabotagem pode ser exercida, por uma razão muito simples: porque nós estamos vindo de uma tradição extremamente protecionista, que protege a todos e acaba não protegendo a ninguém, e sobretudo prejudicando o consumidor, porque encarece o preço final de tudo.

Pois bem, nós não podemos fazer com que as empresas existentes compitam se elas não têm também igualdade de condições com as empresas que são estrangeiras. Então tem que modificar um conjunto de medidas para que elas possam competir. Não se trata, repito, sempre de fazer as coisas selvagemmente, expressão que alguns gostam de usar. Como se isso fosse sinônimo de responsabilidade e de fazer direito. É preciso fazer com propriedade. Da mesma maneira, ao modificar os pontos que estão modificando a Constituição, que são poucos, nós não estamos querendo reformar tudo. Porque quem quer reformar tudo não reforma nada. Queremos centralizar. Focalizar os pontos que realmente produzirão efeito sobre o conjunto da economia brasileira. E, mesma a medida, embora eu já possa ter sido mal-entendi-

A Petrobrás sabe que ela é tão forte e que não tem o que temer

Me momento adequado virão as medidas relativas à Previdência. Eu quero reafirmar aqui o seguinte: para a gestão do governo Fernando Henrique as alterações constitucionais da Previdência provavelmente não serão feitas. Rendeirão confiança maior em todo mundo, mas nem um tostão.

Eu estou mandando, também, medidas infraconstitucionais. Essas sim, são capazes de aumentar a arrecadação e de permitir,